

além de uma tarefa impossível de realizar. Atendo-se a estas delimitações iniciais, o autor produz um texto extremamente saboroso para quem possui interesse em saber como se chegou à organização moderna do conhecimento, explorando com riqueza de dados e detalhes os aspectos formais, institucionais, classificatórios e históricos do período em análise.

Chama a atenção do leitor, aliás, a primeira página de seu capítulo introdutório, no qual desafia a idéia de que a “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação” é uma característica especial da sociedade contemporânea, afirmando que não somos a primeira época a levar a sério estas questões e que a mercantilização da informação é pelo menos tão velha quanto o capitalismo. Afirma também que as dúvidas que nossa época apresenta sobre a confiabilidade do saber científico remontam ao filósofo grego Pirro, e que nossa discussão dos usos políticos da informação para fins de controle da população são “antigas”, no sentido literal, pois fazem parte do que conhecemos sobre os romanos e os chineses. Retirando o ar “novidadeiro” das discussões sobre o conhecimento e sua função social na sociedade contemporânea, pretende o autor ressaltar as peculiaridades do presente a partir da análise do que considera “tendências de longo prazo”, as quais produziriam novos questionamentos sobre a história do conhecimento. Uma “desfamiliarização” do sistema de conhecimento no qual nos inserimos poderia ser realizada por intermédio deste tipo de “comparação”, tornando-nos mais sensíveis aos pressupostos e às condições de produção do conhecimento social contemporâneo.

Partindo da pergunta sobre quem eram os intelectuais europeus do período, o segundo capítulo mostra que, por volta de 1600, já se podia identificar um processo de diferenciação estrutural entre os letrados europeus, que passam a constituir grupos semi-independentes de escritores, intermediários e administradores e coletores da informação, bem como um cuidado maior com a distinção e as marcas de status dos professores universitários e uma freqüente identificação de seu trabalho como uma “vocação”. A análise empreendida sobre estes temas e a breve comparação do Ocidente com a situação à época no Islã, e na China, permitem ao autor introduzir a discussão das instituições às quais esses intelectuais pertenciam ou nas quais seguiam as suas carreiras, razão pela qual o capítulo terceiro avalia o papel das instituições antigas e novas na

consolidação do conhecimento, discutindo inclusive o papel dos indivíduos que são outsiders, ou seja, que atuam à margem do sistema institucionalizado, na produção de conhecimento inovador, bem como o papel das instituições acadêmicas de meras reprodutoras do conhecimento já produzido. A conclusão, neste sentido, leva à identificação de ciclos de criatividade e rotinização da inovação científica e cultural e à alternância e à interação entre outsiders e membros das instituições oficiais de produção de conhecimento.

O quarto capítulo explora a idéia de centro e periferia para investigar o “lugar” do conhecimento, mostrando que ele não se distribuía de modo uniforme pela Europa, nem no sentido de onde era descoberto ou elaborado, nem de onde era difundido, mesclando-se com a presença das novas tecnologias (como as casas tipográficas e as livrarias), das velhas instituições (como os mosteiros e em certo sentido as universidades) e das novas relações comerciais estabelecidas com países antes isolados ou não conhecidos, fontes abundantes de novos conhecimentos. É característica do período, aliás, a referência freqüente à “República das Letras”, comunidade cosmopolita e internacional dos intelectuais, e ao papel crescente das boas bibliotecas na predominância de um lugar ou outro como “sedes” de conhecimento.

Novos conhecimentos e sua sistematização requerem uma nova forma de classificação, traduzindo-se em currículos, enciclopédias e modos de organização de bibliotecas, temas aos quais o autor dedica o quinto capítulo, encerrando assim a discussão dos aspectos mais acadêmicos do conhecimento, permitindo agora a análise de seu controle pelos Estados e Igrejas (capítulo sexto), bem como pela sua vinculação ao mercado em razão da impressão gráfica (capítulo sétimo). Feita a ponte entre a produção do conhecimento e a sua divulgação, dedica o autor o capítulo oitavo à análise do perfil e do papel do leitor como aquele que participa do processo como adquirente de conhecimento, encerrando o texto, no capítulo nono, com a análise do que considera uma “onda de ceticismo” que atingiu a Europa no período em exame, propondo que o leitor tome suas considerações no capítulo com uma certa dose de ceticismo, eis que elas representam um misto de “simplificação e especulação”.

O ensaio, como modestamente o qualifica Peter Burke, conduz o leitor, como se pode ver, a um rico e profundo passeio pelas origens do nosso sistema de conhecimento e é, por isso mesmo, material

indispensável de pesquisa e reflexão para todos aqueles que trabalham com a produção e a divulgação do conhecimento científico e cultural, se não pelos dados oferecidos, ao menos pela possível “sensibilização” que a comparação e a análise do tempo histórico podem propiciar.

Nota

- 1 BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 241 p. Título do Original: *A Social History of Knowledge (From Gutenberg to Diderot)*.